



EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA
HEMOBRÁS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI
ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2019

SUMÁRIO

Descrição	Páginas
1. Relatório dos Auditores Independentes	03 a 07
2. Balanço Patrimonial	08
3. Demonstração de Resultado	09
4. Demonstração do Fluxo de Caixa	10
5. Demonstração da Mutação do Patrim�nio Líquido	11
6. Demonstração do Valor Adicionado	12
7. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	13

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI
ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS

EMPRESA PÚBLICA FEDERAL DE CAPITAL FECHADO - CNPJ (MF) 07.607.851/0001-46

Rua Professor Aloísio Pessoa de Araújo nº 75 - Boa Viagem - Recife - PE - 51021-410

Recife - Pernambuco - www.hemobras.com.br

Prezados Senhores,

I - INTRODUÇÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA – HEMOBRÁS**, (“HEMOBRÁS”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

II - OPINIÃO SEM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA – HEMOBRÁS** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

III - BASE PARA OPINIÃO SEM RESSALVA

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

IV - ÊNFASES

Ênfase nº 01 – EXPOSIÇÃO PATRIMONIAL – CORROSÃO DO CAPITAL SOCIAL

Considerando a melhor exegese do que é mencionado em notas explicativas nº 18b, 27, 29 e 30, não obstante o êxito alcançado na implementação de medidas administrativo-financeiras de redução de despesas e expansão de receitas, haverem proporcionado resultados operacionais brutos significativos que alcançaram R\$262.507.609 e viabilizaram apuração de um lucro líquido de R\$ 143.916.843, porém, ainda não foi suficiente para absorção total dos prejuízos acumulados advindos de 31/12/2018 (R\$413.997.135) persistindo um prejuízo acumulado de (R\$270.080.292) em 31/12/2019. Neste sentido, enfatizamos que o capital social de R\$ 1.201.768.293 se encontra significativamente consumido pelo prejuízo acumulado remanescente supra mencionado, que representa uma corrosão de aproximadamente 22% (vinte e dois por cento) do retro mencionado capital social.

Aludida situação não modifica nossas conclusões acerca das Demonstrações Contábeis sob exame, mas, sinaliza para a necessidade de adoção de medidas protetivas através de mecanismos de *hedge accounting*, de modo a mitigar as incertezas decorrentes das variações cambiais exorbitantes conforme mencionado na nota explicativa nº 32 combinadas com ações de expansão e de continuidade do monitoramento já iniciado no exercício de 2017, bem como do constante e rigoroso equilíbrio orçamentário, associado com as efetivas decisões, elencadas na nota explicativa nº 30 que trata das perspectivas institucionais da HEMOBRÁS, buscando alcançar índices de alavancagem e de viabilidade econômico-financeira, que possibilitem a recomposição do precitado capital social, e a garantia da continuidade normal de seus negócios sem sobressaltos decorrentes de fatores exógenos.

Ênfase nº 02 – *IMPAIRMENT TEST* – NÃO REVERSÃO

Enfatizamos, sem modificação em nossa opinião, que conforme mencionado na nota explicativa nº 11b, embora a empresa contratada para a realização do “*Impairment Test*” tenha recomendado a reversão da provisão para predas na recuperação de ativos no valor de R\$ 10.069.125,94, a Administração da HEMOBRÁS considerando algumas premissas alinhadas ao “Princípio do Conservadorismo” elencadas na precitada nota explicativa, entendeu pela manutenção da aludida provisão.

Ênfase nº 03 – RESULTADOS CONTINGENTES – OPERAÇÃO PULSO

A nota explicativa nº 26, vinculada a “Operação Pulso” deflagrada pela Polícia Federal em dezembro de 2015, e ainda não concluída até a presente data, sinaliza para possibilidade de apuração de resultados negativos e contingentes por ocasião do seu desfecho, fato que nos credencia enfatizar, sem modificação na opinião já exarada, a existência de incerteza de continuidade normal operacional e financeira de seus negócios.

V - PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

3.1 Impostos a Recuperar - Créditos Tributários

Conforme mencionado na nota explicativa nº 07, as demonstrações contábeis sob nosso exame, incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$48.152.106 em 31/12/2019 (R\$50.279.551 em 31/12/2018) cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a HEMOBRÁS adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela HEMOBRÁS em seu plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes do arcabouço normativo pertinente à material. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos Impostos a Recuperar registrados em Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis, mas entendemos que o cenário citado na nota explicativa nº 32 pode impactar diretamente no seu prazo de realização se a manutenção do regime superavitário de 2019 não se consolidar nos próximos cinco exercícios.

3.2 Provisão para Contingência - Litígios de Provável Perda (Nota explicativa nº 17)

Observando ao que determina a NTG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia efetua provisão com base em avaliação de classificação e qualificação dos riscos com probabilidade de um desfecho desfavorável, considerada de perda provável, cujo montante registrado é de **R\$ 694.350** em 31/12/2019 (R\$ 612.967 em 31/12/2018). Para as ações classificadas e qualificadas com perda possível, apenas é mencionado em notas explicativas o montante estimado de **R\$67.450.291** em 31/12/2019 (R\$61.513.752 mil em 31/12/2018). Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, conjuntamente com seus assessores jurídicos, considerando-se as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o

histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. Os litígios classificados e qualificados como de remota perda, não são registrados contabilmente ou mencionados em notas explicativas.

Embora os saldos registrados nas demonstrações contábeis, como de provável perda estejam abaixo da materialidade financeira estabelecida no planejamento do trabalho, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos processos com prognósticos de possível perda, cujos saldo de R\$67.450.291 em 2019 e de 61.513.752 em 2018 situarem-se dentro da materialidade financeira supra citada, bem como devido a complexidade dos controles interno envolvidos, principalmente em relação aos processos com prognóstico de perda possível, ao grau de julgamento que precisou ser exercido pela Administração da Companhia, para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente jurídico no Brasil. A avaliação dos processos quanto ao seu valor e probabilidade de desembolso financeiro inclui ainda grau de julgamento por parte da Administração e de seus assessores jurídicos internos.

✓ **Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados da Companhia na data-base de 31 de dezembro de 2019, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) da Companhia diretamente junto aos “sítios” dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos da Companhia, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a ser consideradas. Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

III - RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a HEMOBRÁS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a HEMOBRÁS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da HEMOBRÁS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

IV – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da HEMOBRÁS.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a HEMOBRÁS a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem o parágrafo dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA's). Usualmente descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

VI – OUTROS ASSUNTOS

Relatório da Administração:

A administração da HEMOBRÁS é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto

com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

Demonstração do Valor Adicionado – DVA:

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA – HEMOBRÁS**, Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

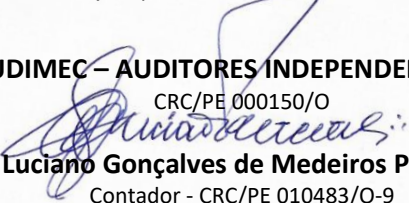
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo relatório emitido em 13 de fevereiro de 2019, sem modificação de opinião.

Recife/PE, 28 de fevereiro de 2020

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9

Sócio Sênior


Phillippe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(EM R\$ 1)

ATIVO	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	702.265.678	561.066.635
Clientes a Receber	5	111.948.927	146.357.026
Estoque	6	117.898.564	110.739.325
Impostos a Recuperar	7	48.152.106	50.279.551
Adiantamentos de Convênios e Assemelhados	8	3.785.516	4.104.033
Outros Créditos	9	7.845.880	7.082.416
Total do Ativo Circulante		991.896.671	879.628.986
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	10.b	3.164.121	-
Imobilizado	11	855.004.029	840.701.798
Imobilizado em Operação		138.632.296	50.420.543
Imobilizado em Andamento	11.a	750.232.741	820.486.949
(-) Depreciação Acumulada		(23.848.851)	(20.193.536)
(-) <i>Impairment Test</i>	11.b	(10.012.157)	(10.012.157)
Intangível	12	18.912.339	20.931.697
Total do Ativo não Circulante		877.080.489	861.633.496
TOTAL DO ATIVO		1.868.977.160	1.741.262.482
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	249.954.985	211.836.929
Convênios	14	-	5.199.740
Obrigações Tributárias	15	1.931.989	4.294.832
Obrigações Sociais	16	4.643.909	4.438.518
Outras Obrigações		1.020.588	1.093.017
Total do Passivo Circulante		257.551.471	226.863.036
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	386.466.569	433.438.551
Contingências	17	694.350	612.967
Total do Passivo não Circulante		387.160.919	434.051.518
Total do Passivo		644.712.390	660.914.554
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	18		
Capital Social		1.201.768.293	1.192.082.724
Prejuízos Acumulados		(270.080.292)	(413.997.135)
AFAC		292.576.769	302.262.339
Total do Patrimônio Líquido		1.224.264.770	1.080.347.928
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.868.977.160	1.741.262.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(EM R\$ 1)

	Nota	2019	2018
Receita Operacional Bruta		815.421.000	729.508.448
(-) Deduções da Receita Bruta		-	-
Receita Operacional Líquida	19	815.421.000	729.508.448
(-) Custos dos Produtos Vendidos	20	(552.913.391)	(534.606.093)
Resultado Operacional Bruto		262.507.609	194.902.355
Despesas Operacionais Administrativas		(103.637.753)	(105.635.998)
Administrativas		(103.637.753)	(105.635.998)
Salários e Encargos	21	(30.072.540)	(25.921.805)
Salários		(16.864.937)	(14.601.538)
Encargos		(10.320.927)	(8.809.597)
Adicionais		(79.042)	(57.994)
Benefícios		(2.191.157)	(1.921.573)
Plano de Saúde		(616.477)	(531.103)
Tributárias		(243.808)	(230.537)
Gerais	22	(68.597.418)	(54.396.823)
Depreciação/Amortização		(5.736.194)	(4.616.916)
Provisão para Perda	23	(12.351.077)	(12.348.564)
Outras Despesas/Receitas	24	13.363.284	(8.121.354)
Resultado Financeiro Líquido	25	26.657.696	(87.222.794)
Receitas Financeiras		151.161.998	122.356.040
Despesas Financeiras		(124.504.302)	(209.578.834)
Resultado Operacional antes dos Impostos sobre o Lucro		185.527.552	2.043.563
IRPJ sobre o Lucro	26	(32.653.757)	(16.965.504)
CSLL sobre o Lucro	26	(8.956.952)	(6.107.749)
Resultado Líquido do Exercício	27	143.916.843	(21.029.691)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(EM R\$ 1)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado Líquido do Exercício	143.916.843	(21.029.691)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	143.916.843	(21.029.691)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(EM R\$ 1)

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>AFAC</u>	<u>Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	713.702.556	(392.967.444)	-	-	320.735.112
Lucros/Prejuízos Líquido	-	(21.029.691)	-	-	(21.029.691)
Resultado Líquido do Exercício	-	(21.029.691)	-	-	(21.029.691)
Transferência de AFAC recebido em 2017 do Passivo não Circulante para o PL	-	-	26.000.000	-	26.000.000
Integralização do Capital mantido em AFAC (PL)	20.386.108	-	(20.386.108)	-	-
Integralização do Capital mantido em AFAC (PÑC)	457.994.060	-	-	-	457.994.060
Recebimento AFAC em 2018	-	-	296.648.447	-	296.648.447
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.192.082.724	(413.997.135)	302.262.339	-	1.080.347.928
Lucros/Prejuízos Líquido	-	143.916.843	-	-	143.916.843
Integralização do Capital mantido em AFAC (PL)	9.685.569	-	(9.685.569)	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	143.916.843	-	-	143.916.843
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.201.768.293	(270.080.292)	292.576.769	-	1.224.264.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(EM R\$ 1)

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo Líquido	143.916.843	(21.029.691)
Ajuste de Valores não Monetários		
Depreciação e Amortização	5.724.672	4.109.810
Ajuste de Imobilizado e Intangível	12.748	518.267
Prejuízo Ajustado	149.654.263	(16.401.614)
(Aumento) Redução nos Ativos		
Estoque	(7.159.238)	55.570.655
Clientes	34.408.099	3.387.547
Impostos a Recuperar	2.127.446	4.561.664
Adiantamentos	318.518	254.601
Outros Ativos	(3.927.585)	8.036.526
Aumento (Redução) nos Passivos		
Fornecedores	(8.853.926)	(3.981.408)
Convênios	(5.199.740)	2.350
Obrigações com Pessoal	205.391	573.377
Obrigações Tributárias	(2.362.843)	(3.424.505)
Outros Passivos	8.953	368.347
AFAC	-	(462.087.841)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	159.219.337	(413.140.301)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(17.970.294)	(14.030.551)
Aquisição de Intangível	(50.000)	-
Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Investimento	(18.020.294)	(14.030.551)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	-	478.380.168
AFAC	-	302.262.339
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	-	780.642.507
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	141.199.043	353.471.655
Saldo Inicial das Disponibilidades	561.066.635	207.594.980
Saldo Final das Disponibilidades	702.265.678	561.066.635
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	141.199.043	353.471.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(EM R\$ 1)

	2019	2018
1. RECEITAS	828.784.284	729.688.709
Receita Operacional Bruta	815.421.000	729.508.448
Outras Receitas	13.363.284	180.261
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	632.778.101	608.618.343
Custos dos Produtos Vendidos	552.913.391	534.606.093
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	79.864.710	74.012.250
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	196.006.183	121.070.366
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	5.736.194	4.616.916
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	190.269.989	116.453.450
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANFERÊNCIA	151.161.999	122.356.040
Receitas Financeiras	44.097.640	17.863.528
Outras	107.064.359	104.492.512
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	341.431.988	238.809.490
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	341.431.988	238.809.490
8.1 Pessoal e Encargos	24.728.801	21.176.617
Remuneração Direta	20.347.378	17.422.670
Benefícios	2.807.634	2.452.675
FGTS	1.573.789	1.301.272
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	47.211.676	28.052.098
Federais	47.020.612	27.872.975
Estaduais	131.439	124.476
Municipais	59.625	54.647
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros	125.574.668	210.610.466
Juros	1.680.368	2.653
Aluguéis	1.070.366	1.031.630
Outras	122.823.934	209.576.183
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	143.916.843	(21.029.691)
Resultado do Exercício	143.916.843	(21.029.691)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS, doravante denominada “HEMOBRÁS” ou “Companhia”, é uma empresa pública de personalidade jurídica de direito privado, sob controle da União, com prazo de duração indeterminado, constituída nos termos da Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004, regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), pelo Estatuto Jurídico das Estatais (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016), pelo Decreto nº 8.945, de dezembro de 2016, e por seu Estatuto Social.

A Companhia tem como atividade principal a produção e comercialização de medicamentos biotecnológicos e de medicamentos hemoderivados, a partir do fracionamento de plasma obtido no Brasil, vedada a comercialização somente dos produtos deles resultantes, podendo ser ressarcida pelos serviços de fracionamento, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001. Atualmente, os medicamentos produzidos pela HEMOBRÁS são destinados para tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Os principais produtos que serão distribuídos pela HEMOBRÁS são a albumina, o complexo protrombínico, o fator IX, o fator VIII plasmático, o fator VIII recombinante, o fator de von Willebrand e a imunoglobulina.

A HEMOBRÁS está sediada em Brasília-DF e possui quatro filiais no estado de Pernambuco, na cidade do Recife, Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho e Goiana.

1.1 Destaques no Exercício

No exercício de 2019, a HEMOBRÁS finalizou as seguintes obras da fábrica em Goiana-PE:

- Subestação de 69kV (Bloco B18 e Bloco B19), responsável pela alimentação de toda a energia elétrica necessária à estrutura fabril e aos blocos de apoio. A subestação possui *backup* de todos os equipamentos, inclusive na alimentação de energia, já que a concessionária responsável instalou duas linhas de transmissão – uma oriunda da subestação de Goianinha, e outra de Condado. Com seu funcionamento, desde setembro de 2019, a subestação supre toda a fábrica com energia de melhor qualidade e com menor risco de queda.
- Bloco B05 (almoxarifado), destinado à manutenção de estoques de medicamentos acabados. Trata-se de estrutura projetada para atender a armazenagem de medicamentos e de insumos termolábeis, em operação desde novembro de 2019. Armazena medicamentos e permite que a HEMOBRÁS não dependa de contratação de armazéns externos terceirizados para suportar parte da operação logística.

No exercício de 2019, houve avanço significativo na Parceria para o Desenvolvimento Produtivo – PDP, com a contratação da empresa responsável para construção da planta de produção de medicamentos

biotecnológicos com a tecnologia recombinante. O início das obras civis está previsto para 2020, e os recursos serão provenientes do investimento do parceiro tecnológico de até US\$ 250 milhões de dólares americanos.

Encerramos o exercício com um lucro líquido de R\$ 143,9 milhões e margem EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* ou, em português, lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA) de 20,19%, o que demonstra a sustentabilidade do negócio. Este é o quarto ano seguido em que a Companhia apresenta lucro operacional.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Cabe destacar que as demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 Moeda funcional e apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional).

2.3 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando como base o custo histórico.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, entre elas: a constituição de provisões necessárias para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; a vida útil do ativo imobilizado; as perdas relacionadas a “contas a receber”; a recuperação do valor de ativos, incluindo intangíveis; e a elaboração de projeções para a realização de imposto de renda diferido, as quais, apesar de refletirem o julgamento da

melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, podem, eventualmente, apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Compreendem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros introduziu novas exigências para a classificação de ativos financeiros, que depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros; define um novo modelo de contabilização de perdas por redução no valor recuperável, que exigirá um reconhecimento mais efetivo; e introduz um novo padrão de *hedge accounting* e *impairment test*, com maior divulgação sobre a atividade de gestão de risco.

3.3 Clientes

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos *impairment*, se houver.

A HEMOBRÁS não reconheceu, em 2019, as perdas em créditos de liquidação duvidosa, possui um único cliente que é o Ministério da Saúde e o mesmo pagou todos os títulos que estavam em aberto.

3.4 Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela Administração, que incluem a análise criteriosa das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

3.5 Estoque

Os insumos, as matérias-primas e os medicamentos estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os medicamentos são adquiridos em moeda corrente (Real).

3.6 Imobilizado

O CPC 27 – Imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação e construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como,

quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde está localizado, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos. Os imobilizados são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

3.7 Intangível

Os intangíveis são representados por aquisição de licenças de uso de softwares e marcas adquiridas, e são registrados pelo custo de aquisição e/ou formação, que é amortizado, após a entrada em operação, sendo seus valores recuperáveis em função de suas operações. Os intangíveis são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

3.8 Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados periodicamente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável – definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo –, esta é reconhecida no resultado do período.

3.9 Arrendamento Mercantil

O CPC 06 – Arrendamento Mercantil, que entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019, estabeleceu os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamento. A norma introduz, para os arrendatários, um modelo único de contabilização do balanço patrimonial, no qual estes são requeridos a reconhecer um ativo de arrendamento refletindo os futuros pagamentos com a referida depreciação. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de depreciação do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento a uma taxa desconto ou incremental.

A HEMOBRÁS avaliou a aplicação do CPC 06 para o exercício de 2019, em que não foram identificados contratos de arredamento superiores a 12 meses, considerando os contratos inferiores a R\$ 50 mil como um ativo de baixo valor. Os contratos vigentes se referem a arrendamento de máquinas e equipamentos, veículos leves e imóveis.

Importante destacar que a HEMOBRÁS analisou, porém não identificou: (i) contratos que tratem de ativos identificáveis e não identificáveis na mesma negociação; ou (ii) contratos de prestação de serviços em que foram constatados ativos identificáveis dentro do escopo da norma. Anualmente, a Administração avaliará a aderência da norma às suas operações.

3.10 Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidas/incorridas, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. As obrigações são classificadas em (i) Circulantes, quando os prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial; e (ii) Não Circulantes, quando os prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.11 Provisões para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

São definidas com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja perda é considerada provável, conforme o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Procuradoria Jurídica da Companhia, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência de seus assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

3.12 Demais Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

Os demais ativos são registrados pelo custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.13 Partes Relacionadas

A Companhia possui partes relacionadas: com a União e com o pessoal chave da Administração. As Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação. As transações com partes relacionadas são realizadas pela HEMOBRÁS, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

3.14 Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente estabeleceu que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da Companhia de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. No caso da HEMOBRÁS, a obrigação de desempenho está prevista no contrato assinado com o Ministério da Saúde que prevê a aquisição de medicamentos recombinantes. A receita foi reconhecida integralmente em data específica no momento da saída para a entrega, na qual houve a transferência de controle do bem para o cliente.

3.15 Tributos sobre o Lucro

O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro estabeleceu como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração de quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, no reconhecimento e na mensuração de seu tributo corrente ou diferido, com base no lucro tributável.

As interpretações apresentadas consideram que a HEMOBRÁS deve utilizar em seu julgamento o estabelecido no CPC 32. Em 2019, a HEMOBRÁS concluiu que não há contabilização de posições incertas sobre os tributos sobre o lucro.

3.16 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A HEMOBRÁS elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. O International Financial Reporting Standards – IFRS não exige a apresentação dessa demonstração, mas ela é apresentada como parte adicional desta Companhia.

Essas demonstrações têm como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e à forma como tais riquezas foram distribuídas.

3.17 Moeda Estrangeira

A Administração da Companhia adotou o real como sua moeda funcional, de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio nas datas das transações ou nas datas de avaliação do valor justo, quando este é utilizado.

3.18 Aprovação das Demonstrações Contábeis

Foram aprovadas em 27 de janeiro de 2020, pelo Diretor Administrativo e Financeiro, as Demonstrações Contábeis, para fins de auditoria independente.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Fundo Fixo	12.007	12.000
Banco Conta Movimento	200	9.538
Aplicações Financeiras		
Aplicação Extramercado CEF	100.725.527	21.697.762
Aplicação Extramercado BB	601.527.943	539.347.335
Total	702.265.678	561.066.635

As disponibilidades são representadas substancialmente por fundos extramercado do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância no disposto nessa Resolução.

Os rendimentos estão vinculados à taxa média ao mês de 0,63% para a aplicação extramercado, e o saldo das aplicações financeiras totaliza o valor de R\$ 702.253.471.

5 CLIENTES A RECEBER

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ministério da Saúde – Medicamentos Hemoderivados (5.a)	6.266.247	40.058.265
Ministério da Saúde – Medicamentos Recombinantes (5.b)	105.682.680	106.298.761
Total	111.948.927	146.357.026

5.a Ministério da Saúde – Medicamentos Hemoderivados

Em 2019, a HEMOBRÁS recebeu do Ministério da Saúde o valor parcial líquido de R\$ 19.115.548, referente à prestação de serviços de gerenciamento do plasma de anos anteriores, não liquidados. O saldo em aberto no valor de R\$ 6.266.247 está em negociação com o Ministério da Saúde.

5.b Ministério da Saúde – Medicamentos Recombinantes

Trata-se de contas a receber referentes ao contrato celebrado entre a HEMOBRÁS e o Ministério da Saúde (Contrato nº 216/2018), cujo objeto é a aquisição de concentrado de fator de coagulação, fator VIII recombinante e pó líofilo para injetável, e cujo montante é de R\$ 105.682.680.

5.1 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO

A composição de clientes a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

Tipo	Quantia		1-30 Dias Vencido	31-60 Dias Vencido	61 a 90 Dias Vencido	91 a 180 Dias Vencido	181 a 360 Dias Vencido	Mais 361 Dias Vencido
	Pendente	Atual						
Hemoderivados	6.266.247							6.266.247
Recombinantes	105.682.680	34.884.673	49.025.966	18.586.890	3.149.942	0	35.208	0
Total	111.948.927	34.884.673	49.025.966	18.586.890	3.149.942	0	35.208	6.266.247

Em 2019, a HEMOBRÁS não constituiu provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD.

6 ESTOQUE

Concentrado de Fator VIII de Coagulação Recombinante – Hemo-8r

Em 2019, a HEMOBRÁS manteve a distribuição do concentrado de fator VIII de coagulação recombinante recebido da Takeda. Os estoques foram mensurados com base no valor de aquisição, e o método utilizado para mensuração das saídas foi o custo médio ponderado. O valor realizável líquido da quantidade de estoque mantido para atender contratos de venda com o Ministério da Saúde no exercício corrente foi maior que o custo de aquisição; dessa forma, o estoque foi mensurado pelo custo de aquisição. Todos os medicamentos recombinantes foram adquiridos em moeda corrente.

O saldo em 2019 do medicamento concentrado de fator VIII de coagulação recombinante – Hemo-8r totaliza o montante de R\$ 96.860.436.

Gestão do Plasma

Para o plasma estocado em 2019, no valor total de R\$ 9.416.841, foram emitidos o Parecer nº 00890/2019/Conjur-MS/CGU/AGU, referente à consulta acerca da viabilidade legal para realizar parceria entre a HEMOBRÁS e as empresas interessadas para doação de plasma humano, e o Despacho nº 4766/2019/Conjur-MS/CGU/AGU, que aprovou esse Parecer, adotando fundamentos e conclusões no sentido de que a doação com encargo do plasma humano estocado na HEMOBRÁS às empresas interessadas, insuscetível de utilização/fracionamento para uso humano, não constitui afronta à decisão judicial proferida na Ação Civil Pública – ACP registrada sob o nº 0812772-19.2017.4.05.8300, nem, tampouco no caso específico em análise, afronta o §4º do art. 199 da Constituição Federal; acrescentando ainda, quanto à destinação do plasma, que hipotética e eventualmente possa servir de insumo na fabricação de bens.

A HEMOBRÁS, com base nos citados documentos e diante da não possibilidade de fracionamento do plasma em estoque, iniciará um processo com o objetivo de buscar no mercado interessados em utilizar o plasma

estocado fora das especificações técnicas necessárias para o fracionamento de medicamento para uso humano.

A Administração da HEMOBRÁS, após análise, procedeu à reclassificação contábil dos itens registrados na conta matéria-prima – plasma, no montante de R\$ 9.416.841, para a conta matéria-prima – plasma (FE).

O estoque de plasma sob a responsabilidade do Laboratório Francês de Fracionamento e Biotecnologia – LFB, no montante de R\$ 12.351.077, foi em sua totalidade classificado para a conta de provisão para perda de estoque no exercício de 2019.

Medicamentos Hemoderivados

Em 2019, o LFB recolheu os medicamentos hemoderivados fora de especificação armazenados na HEMOBRÁS, no montante de R\$ 12.279.069, os quais serão ressarcidos a partir de 2020, conforme acordo firmado entre as partes.

Em 2019, a HEMOBRÁS reconheceu como perda em seu resultado o montante de (R\$ 12.348.564), registrado em 2018 como provisão para perda.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Matéria-Prima – Plasma	-	10.460.133
Matéria-Prima – Plasma (FE)	9.416.841	-
Produtos em Elaboração	9.293.790	9.293.790
Produtos para Revenda e Acabados – Medicamentos		
Tegeline 5 g/100 ml – Imunoglobulina	-	9.068.285
Vialebex 200 mg/ml 50 ml – Albumina	-	3.210.784
Concentrado de Fator VIII Recombinante 250 UI	18.185.819	16.363.921
Concentrado de Fator VIII Recombinante 500 UI	72.731.953	51.747.587
Concentrado de Fator VIII Recombinante 1.000 UI	5.942.664	8.261.608
(-) Provisão para Perda de Estoque	(12.351.077)	(12.348.564)
Estoque – Material de Uso/Consumo	3.548.674	3.453.560
Importações em Andamento – Estoque	11.129.899	11.228.221
Total	117.898.564	110.739.325

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

Em relação aos tributos recuperáveis, houve aproveitamento dos créditos tributários no montante de R\$ 28.333.604, decorrente das operações de venda de medicamentos para o Ministério da Saúde. Em 2019, o saldo de impostos a recuperar no montante de R\$ 48.152.106 é composto pelos seguintes tributos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
IRRF a Recuperar	2.938.932	4.299.016
CSLL a Recuperar	2.163.192	2.965.934
PIS a Recuperar	5.933.735	5.933.735
Cofins a Recuperar	35.859.099	35.859.099
PIS	27.690	27.690
Cofins	132.268	132.268
ISS	21.486	21.486
ICMS-DF	78.655	78.655
IRPJ Saldo Negativo DIPJ 2014/2015	316.566	304.122
CSLL Saldo Negativo DIPJ 2014/2015	2.015	1.936
CSLL Saldo Negativo DIPJ 2013/2014	118.908	114.542
CSLL Saldo Negativo DIPJ 2011/2012	128.280	124.006
IRPJ Saldo Negativo DIPJ 2015/2016	5.349	5.119
CSLL Saldo Negativo DIPJ 2015/2016	2.296	2.197
Outros Impostos a Compensar	423.636	409.746
Total	48.152.106	50.279.551

8. ADIANTAMENTO DE CONVÊNIOS E ASSEMBLHADOS

Em 2019, a HEMOBRÁS possui um saldo de convênios em aberto no montante de R\$ 3.344.150. Ainda nesse exercício foi finalizada a prestação de contas do convênio Coppetec, que foi reclassificado para as contas contábeis de material de consumo, no valor de R\$ 111.024, e de serviços de terceiros – pessoa jurídica, no valor de R\$ 17.554,44.

Os convênios listados abaixo foram apresentados à HEMOBRÁS para prestação de contas e ainda estão sendo analisados pela área responsável.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento a Fornecedores		
Adiantamento a Fornecedores	247.446	247.446
Adiantamento a Convênios		
Organização Pan-Americana da Saúde – Opas	1.567.100	1.567.100
AD Diper – Convênio 01/2009 (Serviços)	266.292	266.292
Fiocruz/Fiotec – TC 83/2010	1.510.758	1.842.942
Coppetec	-	110.358
Adiantamento a Funcionários		
Adiantamento de Férias	134.493	38.053
Adiantamento de Viagem		
Empregados/Colaboradores	59.427	31.842
Total	3.785.516	4.104.033

9. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Encargos a Recuperar – Fornecedor (9.a)	6.574.998	6.281.255
Seguros/Garantia a Apropriar (9.b)	487.210	5.737
Custos de Medicamentos a Apropriar (9.c)	405.329	288.187
Cessão de Licença de Uso de Software a Apropriar	71.527	60.341
Depósitos Judiciais (10.a)	274.569	161.581
Outros Créditos	32.248	285.315
Total	7.845.880	7.082.416

9.a Encargos a Recuperar – Fornecedor

A conta de Encargos a Recuperar, no montante de R\$ 6.574.998, é composta pelas notas de crédito de valores a serem ressarcidos pelo transferidor de tecnologia dos medicamentos hemoderivados. Os valores foram renegociados e há previsão de ressarcimento após a assinatura de um aditivo contratual, que ocorrerá em 2020.

9.b Seguros/Garantia a Apropriar

O saldo da conta Seguros/Garantia a Apropriar, no valor de R\$ 487.210, diz respeito à contratação de seguro total dos medicamentos, bens móveis e do parque fabril localizado em Goiana-PE.

9.c Custos de Medicamentos a Apropriar

O saldo da conta de Custos de Medicamentos a Apropriar, no montante de R\$ 405.329, refere-se à composição de salário, encargos e armazenamento dos medicamentos no aeroporto de Recife-PE, a ser apropriado quando da nacionalização dos medicamentos recombinantes importados.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

10.a Outros Créditos – Depósitos Judiciais – Circulante

O saldo da conta de Depósitos Judiciais, classificados em Outros Créditos, no Circulante, totaliza o valor de R\$ 274.569 e refere-se a depósitos recursais, que entraram no polo ativo da HEMOBRÁS durante o exercício de 2018. Os valores são atualizados pela taxa Selic.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cível	9.093	1.520
Trabalhista	265.476	160.061
Total	274.569	161.581

10.b Depósitos Judiciais – não Circulante

Na conta de Depósitos Judiciais estão reconhecidos, principalmente, os depósitos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL oriundos do processo de pedido de imunidade tributária e um depósito recursal. Os valores estão sendo atualizados pela Selic, porém as atualizações referentes aos depósitos da CSLL estão sendo classificadas como contingências no Passivo Circulante. O saldo da conta em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 3.164.121.

11. IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à operação da HEMOBRÁS e são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que o valor contábil dos bens é superior aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 855.004.029.

No exercício de 2019 foram transferidos para o imobilizado em operação o armazém de medicamentos (B05), o prédio de manutenção (B12 e B13), o reservatório de água (B14), a subestação de 69kV (B18 e B19) e a guarita, que totalizaram o montante de R\$ 85.663.317.

Aplicamos a taxa de (4% a 10% ao ano) para máquinas e equipamentos para laboratório, máquinas e equipamentos em poder de terceiros e edifício. Para os periféricos, equipamentos de processamento de eletrônicos e softwares foi aplicada a taxa de (12,50% a 14,29% ao ano). Para os demais ativos adotamos a taxa de (16,67% a 20% ao ano).

Composição do imobilizado	31/12/2019			31/12/2018
	Custo/Perdas	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Edifícios	113.672.030	(8.454.024)	105.218.006	20.960.575
Móveis e Utensílios	1.809.800	(985.771)	824.029	799.747
Máquinas e Equipamentos	770.189	(223.073)	547.116	559.207
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	45.482	(17.906)	27.576	36.672
Computadores e Periféricos	5.244.146	(2.723.523)	2.520.623	615.713
Máquinas e Equipamentos de Laboratório	11.894.749	(7.536.995)	4.357.754	5.463.344
Imobilizado em Andamento (11.a)	750.232.741	-	750.232.741	820.486.949
Imobilizado em Poder de Terceiros	5.195.901	(3.907.559)	1.288.342	1.791.748
<i>Impairment Test</i> (11.b)	(10.012.157)	-	(10.012.157)	(10.012.157)
Total	878.852.880	(23.848.851)	855.004.029	840.701.798

11.a Imobilizado em Andamento

A conta de Imobilizado em Andamento é composta por edificações, máquinas e equipamentos que ainda não entraram em operação por não estarem concluídos ou instalados. O saldo dessa conta contempla todos os gastos com mão de obra, materiais, peças etc., e em 31 de dezembro de 201, representava o montante de R\$ 750.232.741.

11.b Impairment Test

Em 2019 foi realizado o teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado CPC 01R1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, avaliação da vida útil do imobilizado e do intangível. A empresa contratada para a realização dos testes foi a Convergry Serviços e Contabilidade LTDA, que concluiu que não houve perda por desvalorização no exercício. O montante avaliado foi de R\$ 855.004.029.

A Convergry apontou a necessidade de ajustes e alterações na conta de edifícios. Durante os trabalhos foi verificado que os edifícios da fábrica foram concebidos e realizados da forma mais conservadora e qualitativa em termos de construção, com expectativa de durabilidade e vida útil superior a 50 anos. Desta forma, houve a recomendação de que a Administração considerasse a adoção de vida útil mínima de 50 anos e valor residual de 20% para novas aquisições ou ativos em colocação a serviço ou funcionamento, classificados como edifícios, o que seria apropriado em resultado a partir de 1º de janeiro de 2020.

11.c Obras

No decurso de 2019, houve a continuidade das obras de conclusão do bloco de embalagem de medicamentos (B04), que tem a previsão de entrar em operação no exercício de 2021. Foram iniciadas também as obras de engenharia referentes à execução de obras civis e outras disciplinas complementares infraestruturais, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2020.

a. Movimentação do Imobilizado

Movimentação do Imobilizado	31/12/2018	31/12/2019			
	Saldo Líquido	Aquisições	Transferências, Baixas e Reclassificações	Depreciação	Saldo Líquido
Edifícios	20.960.575	-	85.663.317	(1.405.886)	105.218.006
Móveis e Utensílios	799.747	172.602	(11.460)	(136.861)	824.028
Máquinas e Equipamentos	559.207	66.253	-	(78.344)	547.116
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	36.672	-	-	(9.096)	27.576
Computadores e Periféricos	615.713	2.261.904	(907)	(356.087)	2.520.623
Máquinas e Equipamentos de Laboratório	5.463.344	60.426	(383)	(1.165.634)	4.357.754
Imobilizado em Andamento (11.a)	820.486.949	15.409.108	(85.663.316)	-	750.232.741

Imobilizado em Poder de Terceiros	1.791.748	-	-	(503.406)	1.288.342
<i>Impairment Test</i> (11.b)	(10.012.157)	-	-	-	(10.012.157)
Total	840.701.798	17.970.294	(12.748)	(3.655.315)	855.004.029

12. INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzidos das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2019 correspondia ao montante de R\$ 18.912.339, conforme quadro abaixo.

Composição do Intangível	31/12/2019			31/12/2018
	Custo/Perda	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Marcas	458.977	(270.412)	188.564	225.834
Softwares	18.019.109	(7.352.000)	10.667.109	12.649.197
Intangível em Andamento	8.116.705	-	8.116.705	8.116.705
<i>Impairment Test</i>	(60.040)	-	(60.040)	(60.040)
Total	26.534.751	(7.622.412)	18.912.339	20.931.697

12.1 Movimentação do Intangível

Movimentação do Intangível	31/12/2018	31/12/2019			
	Líquido	Aquisições	Transferências, Baixas e Reclassificações	Amortização	Líquido
Marcas	225.834	-	-	(37.270)	188.565
Softwares	12.649.197	50.000	-	(2.032.088)	10.667.108
Intangível em Andamento	8.116.705	-	-	-	8.116.705
<i>Impairment Test</i>	(60.040)	-	-	-	(60.040)
Total	20.931.697	50.000	-	(2.069.358)	18.912.339

13. FORNECEDORES

Descrição	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores de Serviços	6.748.591	7.659.105
Fornecedores Estrangeiros	243.206.394	204.177.824
Circulante	<u>249.954.985</u>	<u>211.836.929</u>
Fornecedores Estrangeiros		
Takeda	386.466.569	433.438.551
Não circulante	<u>386.466.569</u>	<u>433.438.551</u>
Total	<u>636.421.554</u>	<u>645.275.480</u>

Em 2018, foi assinado o segundo aditivo ao contrato de licença e transferência de tecnologia. Esse aditivo prevê investimento pela Takeda de até US\$ 250 milhões na fábrica do medicamento fator VIII recombinante e, como contrapartida, a HEMOBRÁS oferece exclusividade na compra dos seus produtos. O pagamento a esse fornecedor foi acordado em sete parcelas anuais, sendo a primeira paga em dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, a HEMOBRÁS possuía obrigações com fornecedores no montante de R\$ 636,4 milhões, sendo R\$ 629,6 milhões com a Takeda devido ao fornecimento de medicamentos em períodos anteriores.

14. CONVÊNIOS – CONVENIENTE

No decurso do exercício de 2019, a HEMOBRÁS encerrou a prestação de contas referente ao Convênio nº 4.502/2007 que foi firmado entre a HEMOBRÁS e o Ministério da Saúde, para aquisição de equipamento e material permanente para atender a melhoria da rede de frio dos serviços de hemoterapia.

Descrição	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Convênio nº 4.502/2007 – Ministério da Saúde		
Rendimento de Aplicação Financeira	-	880.709
Rendimento de Conta Poupança	-	644.031
Equipamentos e Material Permanente	-	3.675.000
Total	<u>-</u>	<u>5.199.740</u>

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O saldo da conta de obrigações tributárias no montante de R\$ 1.931.989 é composto pelos seguintes tributos a recolher:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Retenção IRRF	265.315	265.315
IRPJ a Recolher	-	2.207.490
Retenção INSS sobre Serviços de Terceiros PJ	331.063	386.479
Retenção Lei nº 10.833/2003	439.982	667.048
Contribuição Sindical	29	445
ISS – Distrito Federal	1.642	2.156
ISS – Recife-PE	19.137	18.051
ISS – Goiana-PE	175.941	170.644
IRRF a Recolher	692.136	568.156
ICMS – Diferencial de Alíquota	6.244	9.048
Outras Obrigações	501	-
Total	1.931.989	4.294.832

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais se referem às provisões de férias e aos encargos sociais vinculados às provisões trabalhistas, que totalizam R\$ 4.643.909.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Outras Obrigações Sociais	61	9.536
Provisões Trabalhistas		
Encargos a Recolher	920.429	833.103
Provisão de Férias	2.746.721	2.628.644
Encargos sobre Provisão de Férias	976.699	967.235
Total	4.643.909	4.438.518

17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista e cível. A provisão foi constituída considerando a análise da Procuradoria Jurídica para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas no montante de R\$ 694.350.

a. Risco de Perda Provável

A provisão classificada como perda provável é composta por ações de natureza trabalhista, cível e tributária, demonstradas a seguir:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Contingências Trabalhistas	519.905	538.704
Contingências Cíveis	94.576	74.263
CSLL – Atualização Monetária	79.869	-
Total	694.350	612.967

b. Risco de Perda Possível

As ações classificadas como perda possível são compostas por ações de natureza trabalhista e cível, demonstradas a seguir:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Contingências Trabalhistas	465.744	790.296
Contingências Cíveis	66.984.547	61.723.456
Total	67.450.291	61.513.752

c. Movimentação de Demandas Judiciais

	Saldo em 2018	Provisões adicionais do período	Valores utilizados no período	Valores revertidos no período	Saldo em 2019
Total de demandas	612.967	1.514	-	-	614.481
Demandas cíveis	94.576	-	-	-	94.576
Demandas trabalhistas	518.391	1.514	-	-	519.905

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social – Governo Federal (18.a)	1.201.768.293	1.192.082.724
Prejuízos Acumulados (18.b)	(270.080.292)	(413.997.135)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC (18.a)		
AFAC – 2017	286.962.878	296.648.447
AFAC – 2018	5.613.892	5.613.892
Total	1.224.264.770	1.080.347.928

18.a Capital Social/Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Em 2019, ocorreu a integralização do capital social no montante de R\$ 9.685.569, proveniente dos recursos registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, conforme Ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária – AGO, de 26 de abril de 2019. Após a integralização, o capital social passou a ser de R\$ 1.201.768.293.

18.b Prejuízos Acumulados

Após o encerramento do exercício, foi apurado um resultado positivo de R\$ 143,9 milhões. Em razão de prejuízos acumulados de exercícios anteriores (2018 – R\$ 413.997.135), o saldo apurado em 31 de dezembro de 2019 está negativo em R\$ 270.080.292.

19. RECEITA DE VENDAS

A receita da Companhia em 2019 é decorrente de vendas do medicamento fator VIII recombinante para o Ministério da Saúde, cujo valor foi de R\$ 815.421.000.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receita Operacional Bruta	815.421.000	729.508.448
(-) Deduções da Receita Bruta	-	-
Total	815.421.000	729.508.448

20. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS

O custo dos produtos vendidos apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos Produtos Vendidos		
Custo de Aquisição	(535.460.274)	(499.047.488)
Frete	(11.080.757)	(22.803.613)
Demais Custos*	(6.372.360)	(12.754.992)
Total	(552.913.391)	(534.606.093)

* Demais custos compreendem pessoal, encargos e armazenamento.

Em relação ao custo de produtos vendidos, a variação foi resultado do aumento do preço de compra do medicamento e da maior quantidade distribuída. A redução no valor do frete deveu-se à negociação realizada com o fornecedor Takeda, para que este assumisse 50% do valor do frete, ficando os outros 50% sob a responsabilidade da HEMOBRÁS. Houve ainda uma redução dos custos de armazenagem no aeroporto do Recife-PE, devida à negociação de novas taxas para o período de desembaraço dos medicamentos.

21. SALÁRIOS E ENCARGOS

A seguir estão as principais variações das despesas administrativas entre os anos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Salários e Encargos		
Remuneração	(16.857.476)	(14.626.815)
INSS	(5.345.513)	(4.731.939)
Auxílio Alimentação	(1.957.332)	(1.698.049)
Férias	(1.954.066)	(1.524.547)
FGTS	(1.574.683)	(1.289.264)
13º Salário	(1.462.437)	(1.144.479)
Plano de saúde	(595.514)	(505.149)
Outras Despesas	(325.518)	(401.564)
Total	(30.072.540)	(25.921.805)

O acréscimo nas contas de Remuneração, INSS, Auxílio Alimentação, Férias, FGTS, 13º Salário e Plano de Saúde que totaliza o montante de R\$ 30.072.540 deve-se aos seguintes eventos: (i) concessão de aumento salarial devido aos acordos coletivos de trabalho – ACT de 2017/2018 e 2018/2019, que estavam em dissídio coletivo de nº 0000676-28.2018.5.06.0000, e do ACT 2019/2020; e (ii) aumento do quadro de colaboradores, que totalizaram o montante de (R\$ 30.072.540).

22. DESPESAS GERAIS

O saldo da conta de despesas gerais totaliza o valor de (R\$ 68.597.419) e é composto pelas contas a seguir:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Gerais		
Perdas ou Glosa (22.a)	(27.262.600)	(13.391.416)
Movimentação e Armazenagem (22.b)	(17.239.360)	(17.777.588)
Conservação e Manutenção (22.c)	(7.207.788)	(4.964.183)
Serviços de Terceiros (22.d)	(5.399.799)	(5.568.460)
Utilidades (22.e)	(2.858.958)	(2.815.690)
Alugueis e Condomínio (22.f)	(1.698.729)	(1.434.615)
Seguros (22.g)	(1.641.587)	(2.915)
Passagens e Diárias	(1.107.149)	(804.087)
Consumo de Materiais	(378.508)	(171.965)
Outras Despesas Gerais	(3.802.941)	(7.465.903)
Total	(68.597.419)	(54.396.822)

22a Perdas ou Glosa

A conta Despesas com Perdas é composta pelo valor de R\$ 12,3 milhões, referente à efetivação da perda dos medicamentos hemoderivados que estavam no estoque da Companhia. O valor de R\$ 14,7 milhões diz respeito à perda referente à glosa financeira dos medicamentos hemoderivados que não foram entregues ao Ministério da Saúde (Contrato nº 123/2013) devido ao problema com o Certificado de Boas Práticas de Fabricação – CBPF do fracionador desses medicamentos, e serão ressarcidos pelo fabricante à HEMOBRÁS.

22.b Movimentação e Armazenagem

O saldo da conta Armazenagem e Distribuição no montante de (R\$ 17.239.360) refere-se ao valor pago pela armazenagem dos medicamentos da HEMOBRÁS e pelo transporte para distribuição dos medicamentos fator VIII recombinante.

22.c Conservação e Manutenção

O valor da Despesa com Conservação e Manutenção no total de (R\$ 7.207.788) corresponde principalmente ao serviço de manutenção de equipamentos, serviço de caráter preventivo e corretivo nas instalações elétrico-prediais e ao serviço de Revisão de Atividade de Suporte (SAR) do sistema ERP.

22.d Serviços de Terceiros

Os serviços de terceiros totalizaram (R\$ 5.399.799) e equivalem, em maior parte, aos serviços de vigilância e ao serviço de locação de veículo com motorista. Também estão presentes neste grupo de despesas, os gastos com auditoria contábil, almoxarife, copeiragem, entre outros serviços prestados.

22.e Utilidades

As utilidades que somaram (R\$ 2.858.958) são compostas pelas despesas com energia elétrica, internet, limpeza e conservação, telefonia fixa e móvel.

22.f Aluguéis e Condomínios

O montante de (R\$ 1.698.729) alocado ao grupo de aluguéis e condomínios refere-se, em grande parte, aos valores pagos de aluguel das salas empresariais na matriz em Brasília-DF e na filial administrativa em Recife-PE. Além disto, soma-se a esta despesa o aluguel de geradores.

22.g Seguros

O aumento é explicado pelo reconhecimento dos custos com prêmio de seguro vinculado ao parque fabril em Goiana-PE. O valor reconhecido em 2019 perfaz o valor de (R\$ 1.641.587).

23. PROVISÃO PARA PERDA

Em 2018, foi reconhecido um valor de provisão para perdas de R\$ 22.042.705, referente aos medicamentos hemoderivados que se encontravam no estoque, mas tiveram sua distribuição suspensa, conforme nota explicativa nº 6. Ainda no ano de 2018, houve uma realização da provisão no valor R\$ 9.694.141, o que foi reconhecido como perda real referente aos medicamentos de fator VIII e IX – plasmáticos que estavam fora de especificação. A provisão para perda constituída em 2018 para esses medicamentos foi reconhecida em 2019. O estoque de plasma em elaboração e o valor de importação em andamento constituíram uma nova provisão para perdas, diante da impossibilidade do seu fracionamento, conforme descrito na nota explicativa 06.

Descrição	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 2019
Provisão de perdas – estoque	(12.348.564)	(12.351.077)	(12.348.564)	-	(12.351.077)

24. OUTRAS DESPESAS / RECEITAS

Descrição	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Outras Receitas e Despesas		
Outras Reversões de Provisões (24.a)	12.348.564	-
Receitas de Multas Contratuais (24.b)	626.729	176.342
Recebimento de Cedidos (24.c)	383.434	-
Devolução de Diárias - Pessoal	4.549	3.919
Receita com Doação Recebida	7	-
Baixa de Custo de Plasma a Apropriar	0	(8.231.725)
Despesa com Amostra para Teste	0	(69.185)
Perdas na Alienação de Participações	0	(704)
Total	<u>13.363.284</u>	<u>(8.121.353)</u>

24.a Outras Reversões de Provisões

Nesta conta foi contabilizada a reversão da provisão de perda dos medicamentos Hemoderivados realizada no exercício de 2018, devido ao registro efetivo da perda por baixa dos mesmos, totalizando R\$ 12.348.564.

24.b Receitas de Multas Contratuais

A conta de Receitas de Multas contratuais corresponde a aplicações de penalidade a fornecedores, totalizando o montante de R\$ 626.729.

24.c Recebimento de Cedidos

Na conta de Recebimento de Cedidos estão registrados os valores recebidos dos órgãos públicos para os quais houve cessão de empregados, no total de R\$ 383.434.

25. RESULTADO FINANCEIRO – LÍQUIDO

Em 2019, o saldo de Resultado Financeiro Líquido fez o valor de R\$ 26.657.696. O rendimento de aplicações financeiras totalizou o montante R\$ 44.097.640, o que colaborou para que a Companhia tivesse um resultado financeiro positivo, mesmo com o saldo negativo da variação cambial de R\$ 21.320.301.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendimento de Aplicações Financeiras	44.097.640	17.863.528
Varição Cambial Ativa	101.484.414	103.099.194
Varição Cambial Passiva	(122.804.715)	(187.657.964)
Outras Despesas/Receitas Financeiras	3.880.357	(20.527.552)
Total	26.657.696	(87.222.794)

26. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

O Resultado Operacional Antes do Imposto sobre o Lucro foi de R\$ 185.527.552. O total de despesas com impostos sobre o resultado no exercício foi de R\$ 41.610.709, sendo R\$ 32.653.757 de IRPJ e R\$ 8.956.852 de CSLL. No exercício a HEMOBRÁS utilizou o limite legal de 30% referente ao prejuízo fiscal acumulado de exercícios anteriores.

27. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Houve aumento da Receita Operacional Bruta do medicamento fator VIII recombinante (não houve receita com medicamentos hemoderivados em 2019) e uma redução dos custos dos produtos vendidos, que passaram de 73,28% em 2018 para 67,80% em 2019 em relação à Receita Operacional Bruta. Houve ainda uma redução nas despesas operacionais administrativas e um resultado financeiro positivo. O Resultado Líquido do Exercício foi de R\$ 143,9 milhões.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A HEMOBRÁS tem contratado seguros buscando a proteção do seu patrimônio, para a eventualidade de ocorrência de sinistros. Todas as apólices possuem vigência de 12 meses. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2019 podem ser assim demonstradas:

Seguradora	Cobertura	Prêmio
Generali do Brasil	Seguro da fábrica e de medicamentos.	R\$ 1.829.323
Tokio Marine Seguradora S.A.	Seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos administradores da Companhia.	R\$ 49.617
Sompo Seguros	Seguro contra sinistros para o escritório operacional em Recife-PE.	R\$ 4.655

29. PARTES RELACIONADAS

a. Membros Chave da Administração da Companhia

Conforme determinado na alínea "e" do art. 1º da Resolução CGPAR/MP nº 3, de 31 de dezembro de 2010, informamos que, na data da elaboração destas demonstrações, a maior remuneração para um dirigente foi

de R\$ 34.494,82, e a menor de R\$ 29.972,24, nelas computadas vantagens e benefícios. Para os empregados a maior remuneração foi de R\$ 26.086,97, e a menor de R\$ 3.419,80, também computadas as vantagens e os benefícios. A remuneração média no período foi de R\$ 31.509, 21 para os dirigentes e de R\$ 11.043,14 para os empregados.

Atualmente, a maioria dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são partes relacionadas da HEMOBRÁS. O Comitê de Auditoria estatutário é constituído em sua totalidade por membros independentes. A remuneração dos membros dos Conselhos e do Comitê de Auditoria é de um décimo do que, em média, percebem mensalmente os dirigentes.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou quaisquer outros de longo prazo para a Administração e seus empregados.

b. Transação entre Partes Relacionadas – União

Fornecimento de medicamentos ao Ministério da Saúde

A União detém 100% do capital social da Companhia, sendo o único cliente da HEMOBRÁS o Ministério da Saúde. As operações com medicamentos feitas entre a HEMOBRÁS e o Ministério da Saúde são realizadas a preços e condições definidas por meio de contrato, que levam em consideração os valores praticados no mercado internacional e o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Clientes a Receber (Ministério da Saúde – União)		
Ministério da Saúde – Medicamentos Hemoderivados	6.266.247	40.058.265
Ministério da Saúde – Medicamentos Recombinantes	105.682.680	106.298.761
Total	111.948.927	146.357.026

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

As movimentações ocorridas na conta de AFAC estão descritas na nota explicativa número 18.a.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
AFAC (União)	292.576.769	302.262.339
Total	292.576.769	302.262.339

30. PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS

A Administração da HEMOBRÁS continuará buscando a solução para os problemas mais urgentes, com atenção especial às questões voltadas à retomada do gerenciamento do plasma brasileiro, à continuidade das obras da fábrica de hemoderivados, à manutenção do cronograma da fábrica do medicamento fator VIII recombinante e à manutenção da PDP. A Administração igualmente manterá o constante e rigoroso controle

orçamentário, com especial atenção às despesas, e persistirá na busca de solução viável para a proteção cambial do passivo em moeda estrangeira.

A Companhia manterá o foco em buscar atingir as metas estratégicas corporativas para os próximos anos, entre elas a produção de medicamentos na fábrica da HEMOBRÁS, a sustentabilidade econômica, social e ambiental, e o modelo de gestão e governança adequado aos desafios da Companhia.

A HEMOBRÁS continuará buscando alcançar índices de alavancagem e de viabilidade econômico-financeira que possibilitem a recomposição do precitado capital social e a garantia da continuidade normal de seus negócios.

A HEMOBRÁS mantém parte significativa dos seus negócios com os transferidores de tecnologia, Takeda e LFB, sendo estes seus únicos fornecedores operacionais. A relação existente é meramente econômica e de transferência de conhecimento para produção nacional dos medicamentos feitos por cada transferidor e previstos contratualmente.

Atualmente, o Ministério da Saúde é cliente exclusivo da HEMOBRÁS, o que resulta em dependência econômica e importante influência em sua continuidade operacional.

31. OPERAÇÃO PULSO

Em dezembro de 2015, a Polícia Federal deflagrou a Operação Pulso, cuja intenção era investigar irregularidades em licitações e contratos de logística de plasma e hemoderivados vinculados à HEMOBRÁS. As investigações também buscaram apurar a existência de fraude na construção da fábrica em Goiana-PE.

As investigações continuam sob condução da Polícia Federal e do Ministério Público Federal – MPF. Durante o exercício de 2017, esta estatal instituiu seis Processos Administrativos Disciplinares – PAD decorrentes de apontamentos ou recomendações de entidades externas (Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, MPF e/ou Polícia Federal) e/ou da Auditoria Interna. Em 2017, o ex-presidente, que estava afastado, renunciou ao cargo.

Em 2018, houve o julgamento em primeira instância do primeiro processo. Como desdobramento da operação, o MPF-PE, ainda em 2018, apresentou nova denúncia referente a outro processo investigado na Operação Pulso.

No decorrer do exercício de 2019 não houve novos fatos relacionados à Operação Pulso e a HEMOBRÁS continua acompanhando as investigações e colaborando com as autoridades competentes.

A Companhia atua para sedimentar continuamente sua cultura de conformidade, fortalecendo o valor institucional “ética e integridade” com base nos seguintes dispositivos:

- Código de Conduta e de Integridade;
- Política de Proteção aos Denunciantes de Boa-fé;
- Política de Tomada de Decisão e Alçadas Decisórias;
- Normativa de Proteção aos Registros e Controles Contábeis.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

No início do ano de 2020, o mundo foi surpreendido com a notícia de uma epidemia denominada Coronavírus (Covid-19) iniciada na China e atingiu vários países ao redor do mundo, visto que, os efeitos abrangem diversos segmentos da economia global, tais como: comércio, indústria, serviços, turismo, entre outros, ocasionando uma desaceleração da economia mundial, especialmente nos países que dependem das exportações para a China, como o Brasil. Segundo noticiado pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela B3 S.A (Brasil, Bolsa, Balcão), os impactos econômicos poderão ser incertos caso tal epidemia se prolongue por muito tempo.

Em 31 de dezembro de 2019, a HEMOBRÁS possui passivos com fornecedores em moeda estrangeira (dólar) que não estão protegidos por mecanismos de *hedge accounting*, de modo a mitigar riscos de perdas cambiais. A Administração tem conhecimento dos possíveis efeitos decorrentes da ausência de proteção e, para se resguardar, vem buscando junto à União e ao mercado soluções para minimizar os impactos financeiros decorrentes da volatilidade cambial.





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br

